
Babilônia Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Babilônia Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Babilônia Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Babilônia Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Babilônia Holding S.A. e da Babilônia Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.



Babilônia Holding S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



Babilônia Holding S.A.

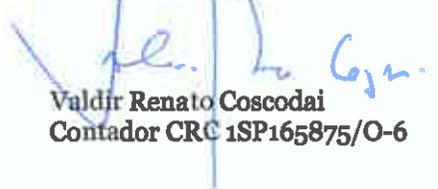
chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

Babilônia Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017 não auditado	2018	2017 não auditado
Receita operacional líquida	16	-	-	14.680	-
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Encargos de uso da rede elétrica	17	-	-	(3.141)	-
		-	-	(3.141)	-
Custo de operação	17	-	-	(3.572)	-
Materiais e serviços de terceiros		-	-	(2.436)	-
Depreciações e amortizações		-	-	(372)	-
Outros custos de operação		-	-	(6.380)	-
		-	-	(9.521)	-
		-	-	5.159	-
Lucro bruto		-	-	5.159	-
Despesas e Receitas	18	(73)	(1)	(330)	(542)
Despesas gerais e administrativas		-	-	(111)	-
Outras Despesas e Receitas operacionais		(73)	(1)	(441)	(542)
		(73)	(1)	4.718	(542)
Resultado antes do Resultado financeiro, tributos e participações societárias		(73)	(1)	4.718	(542)
Resultado das participações societárias		(1.439)	(598)	-	-
Receitas financeiras	18	5	-	32	1.249
Despesas financeiras	18	(1)	-	(4.771)	(1.306)
		4	-	(4.739)	(57)
Resultado financeiro		4	-	(4.739)	(57)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(1.508)	(599)	(21)	(599)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	(1.487)	-
		-	-	(1.487)	-
Resultado líquido do exercício		(1.508)	(599)	(1.508)	(599)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Babilônia Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017 não auditado	2018	2017 não auditado
Resultado líquido do exercício	(1.508)	(599)	(1.508)	(599)
Outros resultados abrangentes				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.508)	(599)	(1.508)	(599)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Babilônia Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017 (não auditado)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento de capital	146.925	-	-	146.925
Ganho de variação no percentual de participação (nota 15)	-	35.122	-	35.122
Prejuízo do exercício	-	-	(599)	(599)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	<u>146.925</u>	<u>35.122</u>	<u>(599)</u>	<u>181.448</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(1.508)	(1.508)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>146.925</u>	<u>35.122</u>	<u>(2.107)</u>	<u>179.940</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Babilônia Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 não auditado	2018	2017 não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.508)	(599)	(21)	(599)
Resultado das participações societárias	1.439	598	-	-
Depreciação	-	-	2.436	-
Encargos de dívidas sobre empréstimos e financiamentos	-	-	4.634	-
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	-	-	(15)	-
Juros provisão para desmantelamento	-	-	25	-
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada (nota 7 e 16)	-	-	11.892	-
	<u>(69)</u>	<u>(1)</u>	<u>18.951</u>	<u>(599)</u>
Variação em:				
Concessionárias	-	-	(23.498)	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	(100)	(28)
Outros impostos a compensar	(1)	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(5)	-
Outros créditos	(1.000)	-	(802)	(5.102)
Fornecedores	6	-	(16.115)	13.078
Outros impostos a pagar	1	-	(427)	321
Outras contas a pagar	-	-	7.246	9.777
	<u>(1.063)</u>	<u>(1)</u>	<u>(14.750)</u>	<u>17.447</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(231)	-
	<u>(1.063)</u>	<u>(1)</u>	<u>(14.981)</u>	<u>17.447</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	(37.007)	(180.749)	-	-
Adições ao imobilizado	-	-	(452.830)	(301.466)
	<u>(37.007)</u>	<u>(180.749)</u>	<u>(452.830)</u>	<u>(301.466)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	-	-	182.047
Adiantamento para futuro aumento de capital	37.507	181.449	37.507	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	229.417	314.002
	<u>37.507</u>	<u>181.449</u>	<u>266.924</u>	<u>496.049</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos				
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa				
	<u>(563)</u>	<u>699</u>	<u>(200.887)</u>	<u>212.030</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	699	-	212.030	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>136</u>	<u>699</u>	<u>11.143</u>	<u>212.030</u>
	<u>(563)</u>	<u>699</u>	<u>(200.887)</u>	<u>212.030</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Babilônia Holding S.A. (Companhia ou Controladora ou Babilônia), também referida isoladamente ou em conjunto com suas controladas como Grupo, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo – SP. É um grupo controlado pela EDP Renováveis Brasil S.A (EDPR), constituída em 08 de dezembro de 2016, tem por objeto social a participação em outras sociedades, exploração do potencial de projetos eólico, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade.

A Companhia tem sede e foro na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 10º andar, sala 32, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

As participações diretas detidas pela Companhia são as seguintes:

Empresas	Consolidação	Participação %
		31/12/2018
		Direta
Central Eólica Babilônia I (Babilônia I)	Integral	100,00%
Central Eólica Babilônia II (Babilônia II)	Integral	100,00%
Central Eólica Babilônia III (Babilônia III)	Integral	100,00%
Central Eólica Babilônia IV (Babilônia IV)	Integral	100,00%
Central Eólica Babilônia V (Babilônia V)	Integral	100,00%

1.1 Autorização e registros

As controladas possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as seguintes autorizações e registros de geração:

1.1.1 Em fase de operação

Empresa	Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MWm)	Autorização	
							Início	Término
Central Eólica Babilônia I	Ventos da Santa Beatriz	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	15,4 (*)	35 anos a partir da publicação da Autorização	
Central Eólica Babilônia II	Ventos de Santa Aparecida	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	15,4 (*)	35 anos a partir da publicação da Autorização	
Central Eólica Babilônia III	Ventos de Santa Aurora	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	14,1 (*)	35 anos a partir da publicação da Autorização	
Central Eólica Babilônia IV	Ventos de Santa Emília	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	14,4 (*)	35 anos a partir da publicação da Autorização	
Central Eólica Babilônia V	Ventos do São Gabriel	Produtor Independente	Autorização	BA	30,00	14,5 (*)	35 anos a partir da publicação da Autorização	

(*) Refere-se a Energia assegurada inicial e está sujeita a alterações após a publicação da Autorização.

Autorizações das Centrais Eólicas – Babilônia I, Babilônia II, Babilônia III, Babilônia IV, Babilônia V

A Companhia em 13 de novembro de 2015 vendeu 73,8 MW médio de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER), por meio de cinco projetos de geração eólica: Ventos de Santa Aparecida, Ventos de Santa Aurora, Ventos de Santa Beatriz, Ventos de Santa Emília e Ventos de São Gabriel, localizados no estado da Bahia, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 140 MW.

- Em 14 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.598, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia V para início de operação comercial.
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.714, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia 1 para início de operação comercial.
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.713, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia II para início de operação comercial.
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.712, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia III para início de operação comercial.
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.711, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia IV para início de operação comercial.

2 Resumo das principais políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitada, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 11 de março de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- I. Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;*
- II. Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;*
- III. Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.*

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). As Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A posição dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2018 está descrita na nota 10.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida (notas explicativas nº 2.4 e nº4c); e
- Instrumentos financeiros: classificação dos instrumentos financeiros (nota explicativa nº 4.n e nº20);

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Imobilizado: determinação do valor residual, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº11);
- Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº14); e

4 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b. Concessionárias

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

c. Investimento

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com as controladas e tem a habilidade de afetar seus retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxa anual é de 3%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

e. Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

f. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

i. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas dastas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j. Provisões

Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são

registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

k. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l. Imposto de renda e contribuição social

Para as controladas Babilônia I, II, III, IV e V o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

m. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

n. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

- **Receita operacional líquida**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia

despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

- Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente.

o. Ativos e passivos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos e passivos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, são mensurados conforme descrito abaixo:

(i) Custo amortizado

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial são mantidos do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Aplicações financeiras (nota explicativa nº 6)
- Concessionárias (nota explicativa nº 7)
- Outros créditos

(ii) Outros passivos financeiros ao custo amortizado

São designados para essa categoria somente os ativos e passivos financeiros cujo registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Transações com partes relacionadas (nota explicativa nº 09)

- Outras contas a pagar
- Fornecedores (nota explicativa nº 12)
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13)

Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, para as contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

(i) Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC 48.

Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorressem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

p. Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, pelo prazo do arrendamento.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil":

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Janeiro de 2016, a IFRS 16 – Arrendamentos, tendo a mesma sido adotada pela UE em 31 de Outubro de 2017, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2019.

Esta norma define os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos, substituindo a IAS 17 - arrendamentos e as respectivas orientações interpretativas. A IFRS 16 apresenta um modelo único de contabilização para o arrendatário na sua demonstração da posição financeira. Um arrendatário é obrigado a aplicar a IFRS 16 nos seus arrendamentos utilizando a abordagem retrospectiva completa ou a abordagem retrospectiva modificada (sem reexpressão das suas informações financeiras do período anterior). Um arrendatário aplica a abordagem de transição escolhida de forma consistente a todos os arrendamentos nas quais é arrendatário. O impacto mais significativo será o reconhecimento do direito de uso (ROU) dos ativos e passivos de arrendamento para os arrendamentos operacionais, a menos que o prazo de arrendamento seja de 12 meses ou inferior, ou que a arrendamento de ativos seja de baixo valor. A contabilização no arrendador permanece semelhante à norma atual, ou seja, à IAS 17.

A Companhia reconhecerá um direito de uso do ativo (ativo de ROU) e um passivo de arrendamento se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma retribuição. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia avalia se: i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado; ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante todo o período de uso; e iii) a Companhia tem o direito de gerir o uso do ativo.

A Companhia adotará a nova norma na data efetiva exigida, de acordo com a abordagem de transição retrospectiva modificada, sem ajustamentos no balanço de abertura nem reexpressão da informação comparativa.

Na aplicação inicial da IFRS 16 relativamente a arrendamentos anteriormente classificadas como arrendamentos operacionais, a Companhia reconhecerá um direito de uso do ativo (ROU) e um passivo de arrendamento, que corresponde aos pagamentos dos contratos de arrendamento descontados utilizando a taxa incremental de financiamento da Companhia para cada carteira de arrendamentos, com referência a 1 de Janeiro de 2019. Conforme previsto pela norma, a

Companhia optou por mensurar o ROU do ativo no montante do passivo de arrendamento na adoção (ajustado de todos os pagamentos antecipados ou despesas de arrendamento acrescidas).

Em 2018, a Companhia procedeu a uma avaliação pormenorizada do impacto em todos os aspetos da IFRS 16. Esta avaliação tem por base a informação atualmente disponível e pode estar sujeita a alterações devido a esclarecimentos sobre a divergência identificada na prática corrente do sector, relacionada principalmente com os contratos para o uso de terrenos onde estão localizados os parques eólicos. Portanto, os impactos da adoção estão sujeitos a alterações até a apresentação das primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

Com o objetivo de avaliar os impactos qualitativos e quantitativos na adoção da Norma, a Companhia efetuou um inventário dos contratos de arrendamento ativos. Em conformidade, a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para as suas arrendamentos operacionais, nomeadamente os terrenos onde estão localizados os parques eólicos, imóveis, veículos e outros ativos arrendados. A natureza das despesas associadas a essas arrendamentos será entretanto alterada uma vez que a Companhia reconhecerá um gasto de depreciação para o direito de uso dos ativos e um encargo financeiro sobre os passivos de arrendamento.

No contexto da aplicação inicial da IFRS 16, a Companhia não prevê um aumento no seus ativos fixos tangíveis e passivos de arrendamento na demonstração consolidada da posição financeira em 1 de Janeiro de 2019. Uma vez que o seus contratos de arrendamento são de remuneração variável.

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos conta movimento	-	699	3.105	2.152
Aplicações financeiras - renda fixa	136	-	8.038	209.878
Total	<u>136</u>	<u>699</u>	<u>11.143</u>	<u>212.030</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, referente a 2018 de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa de 20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98% do CDI em 2017).

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº18).

7 Concessionárias

A composição da conta concessionárias é como segue

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		não auditado
CCEE (*)	2.825	-
CER (**)	<u>8.781</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>11.606</u></u>	<u><u>-</u></u>

* Câmara de comercialização de energia elétrica

** Contrato de energia de reserva

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era composto pelos seguintes valores: R\$2.825 (24%) para Câmara de Comercialização de Energia – CCEE; R\$8.781(76%) composto pelo contrato bilateral de suprimento de energia elétrica da Companhia com a CCEE – CER.

A Administração da Companhia entendeu não ser necessária a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer		não auditado
Até 60 dias	8.781	-
Mais de 60 dias	<u>2.825</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>11.606</u></u>	<u><u>-</u></u>

Os contratos do CER, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, sobre a otica de quatro cenários, conforme segue.

Cenários	Geração x Montante contrato	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Não gerar ressarcimento anual, e pode gerar ressarcimento quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD no mercado de curto prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

8 Impostos

8.1 Imposto de renda e contribuição social a compensar e a pagar

Consolidado							
	Saldo em 31/12/2017	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificações	Saldo em 31/12/2018
Ativo - Compensáveis	não auditado						
Imposto de renda e contribuição social	20	37	15	-	-	63	135
Total	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>63</u>	<u>135</u>
Circulante	20						135
	<u>20</u>						<u>135</u>
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	-	1.486	-	(231)	(738)	-	517
Total	<u>-</u>	<u>1.486</u>	<u>-</u>	<u>(231)</u>	<u>(738)</u>	<u>-</u>	<u>517</u>
Circulante	-						517
Total	<u>-</u>						<u>517</u>

8.2 Outros impostos a compensar e a pagar

Controladora						
	Saldo em 31/12/2017	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificações	Saldo em 31/12/2018
Ativo - Compensáveis						
IRRF sobre aplicações financeiras	-	1	-	-	-	1
Total	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Circulante	-					1
	<u>-</u>					<u>1</u>
Passivo - a recolher						
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	-	2	(1)	-	-	1
Total	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Circulante	-					1
Total	<u>-</u>					<u>1</u>

	Consolidado					Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificações	
Ativo - Compensáveis	não auditado					
IRRF sobre aplicações financeiras	7	937	-	(875)	(63)	6
ISS	1	1	-	-	-	2
Total	8	938		(875)	(63)	8
Circulante	8					8
Não circulante	8					8
Passivo - a recolher						
ICMS sobre diferencial de alíquota	36	2.073	(2.096)	-	-	13
PIS e COFINS	56	557	(56)	-	-	557
ISS	154	3.686	(3.814)	-	-	26
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	15	299	(224)	(69)	-	21
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	13	166	(99)	(68)	-	12
Outros	47	1.536	(1.579)	-	-	4
Total	321	8.317	(7.868)	(137)		633
Circulante	321					633
	321					633

9 Transação com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Controladora								
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017
			não auditado		não auditado		não auditado	
Adiantamento para futuro aumento								
AFAC	EDP Renováveis Brasil	31/12/2018	-	-	37.507	-	-	-
AFAC	Babilônia I	31/12/2018	6.662	-	-	-	-	-
AFAC	Babilônia II	31/12/2018	7.959	-	-	-	-	-
AFAC	Babilônia III	31/12/2018	10.631	-	-	-	-	-
AFAC	Babilônia IV	31/12/2018	5.000	-	-	-	-	-
AFAC	Babilônia V	31/12/2018	6.755	-	-	-	-	-
			37.007	-	37.507	-	-	-
			37.007	-	37.507	-	-	-

Consolidado

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017
			não auditado		não auditado		não auditado	
Outras contas a pagar (circulante / não circulante)								
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)	EDP Renováveis Brasil	01/01/2016	-	-	11.508	4.942	(3.145)	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (b)	JAU	31/12/2016	-	-	-	29	-	-
			-	-	11.508	4.971	(3.145)	-
Adiantamento para futuro aumento AFAC								
	EDP Renováveis Brasil	31/12/2018	-	-	37.507	-	-	-
			-	-	37.507	-	-	-
			-	-	49.015	4.971	(3.145)	-

(a) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos

A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios.

(b) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos

A Companhia foi responsável pelo gastos efetuados pela empresa do grupo denominada Central Eólica JAU, determinando assim o repasse dos custos em outubro de 2017.

9.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP – Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Babilônia Holding S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

10 Investimento

10.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018	% participação	
				31/12/2018	31/12/2017
Investimentos					
Babilônia I	37.015	(373)	36.642	100%	100%
Babilônia II	36.149	(283)	35.866	100%	100%
Babilônia III	36.727	(373)	36.354	100%	100%
Babilônia IV	35.422	(523)	34.899	100%	100%
Babilônia V	35.436	113	35.549	100%	100%
Total	180.749	(1.439)	179.310		

10.2 Participação direta nos investimentos

Companhias	Ações (mil)		% participação				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado do exercício	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	Ordinárias	Ordinárias	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante										
Babilônia holding																
Babilônia I	38.432	38.432	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	179.641	100.164	143.009	63.150	36.632	37.014	3.003	-	(373)	(169)
Babilônia II	37.488	37.488	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	180.677	105.677	144.811	69.528	35.866	36.149	2.871	-	(283)	(151)
Babilônia III	41.816	41.816	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	186.389	118.222	150.035	81.496	36.354	36.726	2.782	-	(373)	(58)
Babilônia IV	36.804	36.804	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	176.065	96.913	141.166	61.491	34.899	35.422	2.655	-	(523)	(113)
Babilônia V	36.795	36.795	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	176.341	96.949	140.791	61.513	35.550	35.436	3.339	-	113	(113)

11 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado				
		31/12/2018			31/12/2017	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico não auditado	Valor líquido não auditado
Imobilizado em serviço						
Geração						
Máquinas e equipamentos	0,28%	876.680	(2.436)	874.244	-	
Móveis e utensílios		4		4		
Total do Imobilizado em serviço		876.684	(2.436)	874.248	-	
Imobilizado em curso						
Geração		174		174	301.466	
Total do Imobilizado em curso		174	-	174	301.466	
Total do imobilizado		876.858	(2.436)	874.422	301.466	

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2018
	Valor líquido em 31/12/2017	Ingressos	Juros capitalizados	Depreciação	Transferência	
	não auditado					
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	-	-	-	(2.436)	876.680	874.244
Móveis e utensílios	-	-	-	-	4	4
Total do imobilizado em serviço	-	-	-	(2.436)	876.684	874.248
Total do Imobilizado em curso	301.466	540.597	34.795	-	(876.684)	174
Total do imobilizado	301.466	540.597	34.795	(2.436)	-	874.422

As Controlas, através de um estudo realizado por empresa especializada, registra em seus imobilizados valor residual de R\$9.195.

A Companhia efetuou a análise de existência de indicadores (“triggers”) de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos. Em decorrência da ausência de ambas as situações, a Companhia não realizou o testes de recuperabilidade para os seus ativos imobilizados.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	não auditado		não auditado	
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	10	-
Materiais e serviços	6	-	79.000	13.078
Total	6	-	79.010	13.078

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composições do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Custo da dívida	Forma de pagamento	Consolidado							
							31/12/2018				31/12/2017			
							Encargos		Principal		Encargos		Principal	
							Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Circulante
Moeda nacional														
BND\$	574.000	25/09/2017	545.567	25/09/2017 a 15/05/2035	TJLP + 2,48% a.a.	Principal e Juros mensais.	5.977	21.312	563.241	590.530	2.334	-	311.668	314.002
BND\$ - custo de transação						Amortização mensal	-	-	(4.435)	(4.435)	-	-	-	-
							5.977	21.312	558.806	586.095	2.334	-	311.668	314.002
Total							5.977	21.312	558.806	586.095	2.334	-	311.668	314.002

13.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2018
	Valor líquido em 31/12/2017 não auditado	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					
Principal	-	-	-	21.312	21.312
Juros	2.334	-	-	3.643	5.977
	<u>2.334</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.955</u>	<u>27.289</u>
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					
Principal	311.668	233.898	42.628	(24.954)	563.240
Custo de Transação	-	(4.481)	46	-	(4.435)
	<u>311.668</u>	<u>229.417</u>	<u>42.674</u>	<u>(24.954)</u>	<u>558.805</u>

13.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

Vencimento	Tipo de moeda
	Nacional
Não circulante	
2020	35.203
2021	35.203
2022	35.203
2023	35.203
2024	35.203
2025 até 2029	176.013
2030 até 2035	211.214
Total	<u>563.240</u>

Em 25 de setembro de 2018 a Companhia finalizou a contratação junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social dos empréstimos, no valor total de R\$574.000. Esse empréstimo foi destinado à implementação dos Parques Eólicos Babilônia I, II, III, IV e V, localizados no município de Morro do chapéu, estado da Bahia. A remuneração dos empréstimos é de TJPL mais 2,48% ao ano. Os pagamentos do principal e juros são em 192 (cento e noventa e duas) parcelas na data de vencimento, sendo que a primeira parcela, em 15 de junho de 2019, finalizando em 15 de maio de 2035. Em 31 de dezembro de 2018 o valor do empréstimo liberado é de R\$545.569.

13.4 Garantias contratuais

Em virtude do referido empréstimo, a Companhia e suas controladas cederam os seguintes itens como garantia: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos).

13.5 Covenants contratuais

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas ainda possuem determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, as quais serão

exigidas somente após o início das operações, que aconteceu à partir de 2018 (nota explicativa nº 1.1), abaixo detalhamos essas obrigações:

- Apresentar conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 3(três) vezes o valor mensal da última prestação do serviço de manutenção do aerogeradores;
- Apresentar conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros;
- Manter anualmente um índice de cobertura da dívida de no mínimo, igual ou superior a 1,20.

A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

A Companhia atendeu plenamente à todas as obrigações restritivas (covenants quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores devessem ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2018.

14 Provisão para desmantelamento

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
		não auditado
Desmantelamento	<u>2.500</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>2.500</u></u>	<u><u>-</u></u>

A movimentação do desmobilização no exercício é a seguinte:

	<u>Desmantelamento</u>
Saldo em 31/12/2017 (não auditado)	<u>-</u>
Adição	2.475
Reversão	-
Pagamento	-
Juros	<u>25</u>
Saldo em 31/12/2018	<u><u>2.500</u></u>

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

A provisão para desmantelamento dos Parques Eólicos Babilônia I, II, III, IV e V está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 11). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos Parques Eólicos, conforme nota explicativa nº 21.1.1.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 12,23% a.a.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2018 totalmente integralizado é de R\$146.925 (2017 R\$ 146.925). O capital social é composto de 134.352.862 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de posse 100% da Babilônia Holding S.A..

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Nominativas</u>			
	<u>2018</u>	<u>%</u>	<u>2017</u>	<u>%</u>
			não auditado	
EDP Renováveis Brasil S.A.	<u>134.352.862</u>	<u>100</u>	<u>134.352.862</u>	<u>100</u>
Total	<u>134.352.862</u>	<u>100</u>	<u>134.352.862</u>	<u>100</u>

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

15.2 Destinação do lucro

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Entretanto, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$2.107 (R\$599 em 2017).

Ganho por variação no percentual de participação

Em 20 de maio de 2016 e 23 de maio de 2016, a Companhia celebrou com o Banco Caixa Geral e com o Deutsche Bank, respectivamente, contratos globais de derivativos para a proteção de fluxo de caixa futuro na aquisição dos aerogeradores para as seguintes controladas Babilônia I, Babilônia II, Babilônia III, Babilônia IV, Babilônia V, o contrato teve sua liquidação em 09 de junho de 2017. A Companhia utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as diferenças entre moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real). Dentro da efetividade do hedge, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um passivo financeiro designado como hedge de um investimento líquido em

uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. A liquidação desta operação resultou em um ganho de R\$35.122.

16 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2018	2017
		não auditado
Suprimento de Energia elétrica	15.236	-
Receita operacional bruta	15.236	
(-) Deduções à receita operacional PIS/COFINS	(556)	-
Receita operacional líquida	14.680	-
MWH - gerado / comercializado	80.388	

17 Despesas operacionais

	Controladora									
	2018					2017				
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Adm	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Adm	Outras	Total
Outras	-	-	73	-	73	-	-	1	-	1
Total	-	-	73	-	73	-	-	1	-	1

	Consolidado									
	2018					2017				
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Adm	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Adm	Outras	Total
Não gerenciáveis										
Encargos de uso da rede elétrica	3.141	-	-	-	3.141	-	-	-	-	-
Gerenciáveis										
Serviços de terceiros	-	427	-	-	427	-	-	219	-	219
Compartilhamento de custo (Nota 10)	-	3.145	-	-	3.145	-	-	-	-	-
Depreciação	-	2.436	-	-	2.436	-	-	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	-	177	-	-	177	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	-	-	-	111	111	-	-	-	-	-
Outras	-	195	330	-	525	-	-	323	-	323
Total	-	6.380	330	111	6.821	-	-	542	-	542
Total	3.141	6.380	330	111	9.962	-	-	542	-	542

18 Resultado financeiro

	Controladora	
	2018	2017
Receitas financeiras		não auditado
Renda de aplicações financeiras	5	
	5	-
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(1)	-
	(1)	-
Total	4	-

	Consolidado	
	2018	2017
Receitas financeiras		não auditado
Renda de aplicações financeiras	3.262	1.249
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	15	-
(-) Juros capitalizados	(3.245)	-
	32	1.249
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre impostos	(23)	(21)
Encargos de dívidas	(42.627)	(8.507)
Comissões sobre financiamento	(46)	(2.896)
Ajuste a valor presente	(25)	-
(-) Juros capitalizados	38.040	10.223
Outras despesas financeiras	(90)	(105)
	(4.771)	(1.306)
Total	(4.739)	(57)

19 Imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(1.508)	(599)	(1.508)	(599)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	377	150	136	54
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Resultados de equivalência patrimonial	(360)	(149)	(130)	(53)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(17)	(1)	(6)	(1)
Resultado de IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

	Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(21)	(599)	(21)	(599)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	5	150	2	54
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(17)	(150)	(6)	(54)
Ajuste lucro presumido	(1.111)	-	(454)	-
Incentivos fiscais				
Adicional IRPJ	94	-	-	-
Resultado de IRPJ e CSLL	<u>(1.029)</u>	<u>-</u>	<u>(458)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	4900%	0,00%	2181%	0,00%

20 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.1 Classificação dos instrumentos financeiros

As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia e suas controladas para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa 5.n

	Categoria	Níveis	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				não auditado		não auditado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	custo amortizado	Nível 2	-	699	3.105	2.152
Caixa e equivalentes de caixa	custo amortizado	Nível 2	136	-	8.038	209.878
Concessionárias	custo amortizado	Nível 1	-	-	11.606	-
Outros créditos	custo amortizado	Nível 2	1.000	-	1.098	5.102
			<u>1.136</u>	<u>699</u>	<u>23.847</u>	<u>217.132</u>
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	custo amortizado	Nível 1	6	-	79.010	13.078
Empréstimos e financiamentos	custo amortizado	Nível 2	-	-	27.289	2.334
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	custo amortizado	Nível 2	-	-	558.805	311.668
Outras contas a pagar	custo amortizado	Nível 1	-	-	12.216	4.942
			<u>6</u>	<u>2.407</u>	<u>665.104</u>	<u>2.407</u>

Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- (i) Nível 1 . Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (ii) Nível 2 . Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente:

- Empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo

Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. Os empréstimos e financiamentos do BNDES, não foi marcado a mercado por se trata de instrumento financeiro com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

		Consolidado	
		31/12/2018	
		Contábil	Valor justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
Instituição financeira			
BNDES	Nível 2	586.095	586.095
Total		586.095	586.095

- (iii) Nível 3 . Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

20.2 Risco de juros

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas Controladas apresentados na nota explicativa nº 13, possuem como contraparte o agente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia e suas controladas criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas realizaram uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2018 (CDI 6,42% a.a., TJLP 6,98% a.a.);
- (ii) Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução /elevação do índice em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenario I	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%
Ativo financeiro					
Aplicações financeiras CDB (*)	CDI	7.903	101	127	152
Subtotal		7.903	101	127	152
Passivo Financeiro					
Empréstimos e financiamentos BNDES	TJLP+2,48%	(586.095)	(55.445)	(69.306)	(83.167)
Subtotal		(586.095)	(55.445)	(69.306)	(83.167)
Variação		<u>(578.192)</u>	<u>(55.343)</u>	<u>(69.179)</u>	<u>(83.015)</u>

(*) As aplicações financeiras CDB e caução e depósitos vinculados tem uma remuneração média de 20% do CDI (a.a.)

20.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas Controladas são apresentados na nota explicativa nº 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants” são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos “covenants” impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos “covenants” quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 13. Até 31 de dezembro de 2018 todos os “covenants” quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter uma reserva especial, s Companhia não poderá distribuir dividendos a seus controladores.

Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº6) e Concessionárias (nota explicativa nº7). A Companhia em 31 de dezembro de 2018 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 21.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica de “empréstimos e financiamentos” e “provisões” estão considerados os fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13 e 14. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Consolidado						
	2018						
	Valor contábil	Total	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos Financeiros							
Fornecedores	79.010	(79.010)	-	(79.010)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	586.096	(646.513)	(7.469)	(22.407)	(77.080)	(115.620)	(423.937)
Provisão para desmantelamento	2.500	(78.695)	-	-	-	-	(78.695)
Total	<u>667.606</u>	<u>(804.218)</u>	<u>(7.469)</u>	<u>(101.417)</u>	<u>(77.080)</u>	<u>(115.620)</u>	<u>(502.632)</u>

20.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de “Caixa e equivalente de caixa, Concessionárias”.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2018 é:

	Controladora		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalente de caixa	136	699	11.143	212.030
Concessionárias	-	-	11.606	-
Total da exposição	136	699	22.749	212.030

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

21 Compromissos contratuais e Garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2018, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2018				
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	149.930	2.320	5.020	6.720	135.870
Obrigações de compra	7.900	6.705	525	335	335
	157.830	9.025	5.545	7.055	136.205

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia.

21.1.1 Responsabilidades com locações operacionais

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 35 anos e

poderão ser renovados pelo mesmo período. O pagamento será efetuado com base no MW instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M e IPCA.

21.1.2 Obrigação de compra

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

21.1.3 Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado

A Companhia e suas controladas assinaram contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de dezembro 2018 a 31 de dezembro 2035. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

21.2 Garantias

<u>Tipo de garantia oferecida</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> não auditado
Penhor de Ações (a)	116.575	-
Seguro garantia (b)	6.440	-
Fiança Bancária (c)	171	-

- (a) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Companhia.
- (b) Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão.
- (c) Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão.

22 Meio ambiente

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e

agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2018 foram de R\$1.330 (2017 R\$1.423), sendo registrado no resultado do exercício R\$1.287, (2017 R\$755) relativos a gestão ambiental da operação, R\$15 (2017 R\$648) relativos a monitoramento da fauna e R\$28, relativos a recuperação de áreas degradadas.

23 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização Consolidado 31/12/2018
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes	3.150.000.000
Responsabilidade Civil	Geral	30.000.000
Outros	Seguro Garantia & Fianças	33.054.825

24 Transações não envolvendo caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para desmantelamento	2.475	-
Fornecedores de imobilizado	82.047	-
Encargos financeiros capitalizados	38.040	10.157

* * *

Renato Volponi Licio
Diretor Presidente

Filipe Domingues
Diretor Financeiro

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5